

COMPETÊNCIAS SÓCIO EMOCIONAIS PARA DOCENTES: O LUGAR DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Claudia Adriane Mendes Tôres¹

Pollyana Brandão Gomes²

polly.matipo@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS

RESUMO

O principal objetivo desse estudo foi o de refletir sobre o lugar do Psicólogo na promoção de competências sócio emocionais para Educadores na Educação Especial. A temática proposta surgiu diante da percepção obtida durante o período de observações no campo de Estágio Supervisionado II, e ainda das inquietações surgidas diante do paradoxo entre teoria e a prática vivida nesse período. Verificando que a questão da formação de professores no Brasil é um tema que atualmente vem ocupando grande espaço nos debates sobre a qualidade em educação. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, constituído também de observação participante. Verificou-se conclusivamente a emergência de um projeto que possa consolidar novos olhares aos saberes e fazeres neste espaço. Inferindo que o lugar do Psicólogo escolar é o de interlocutor entre as partes realocando seus esforços e mediando toda a relação pedagógica da Instituição, atuando tanto com alunos, como com os professores, direção, colaboradores e também a família e comunidade escolar em geral. É este um projeto desafiador, mas possível. Transformar a APAE/Matipó me um Centro de Referência em Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar do Psicólogo, Competências sócio emocionais, Educação inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

Quando se discute sobre Educação na atualidade e especialmente quando se trata da Educação Inclusiva demanda refletir sobre um novo modelo de sociedade, ou seja, a sociedade do conhecimento. Trata-se de uma sociedade do globalizada em todos os seus aspectos, sejam eles o conhecimento, os saberes, atitudes e comportamentos a nível micro e macro pessoais, para que todos os indivíduos

¹ Graduanda em Psicologia/ UNIVÉRTIX – Faculdade Vértice.

² Psicóloga (UNEC), especialista em Educação Especial, Saúde Mental, Docência do Ensino Superior, Psicanálise (FACEC, UCAM, UNIVÉRTIX, FUTURA), mestranda em Saúde Pública (EMESCAM) e professora do Curso de Psicologia Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

possam atuar efetivamente como cidadãos diante de demandas cada vez mais complexas. Diante dessa questão, emerge um maior engajamento das Instituições de Ensino no sentido de promover a capacitação da comunidade educativa envolvendo todos os atores ali inseridos na busca por um novo olhar e novos fazeres na Inclusão.

A Instituição representa uma conquista para os sujeitos dessa comunidade, visto estar atuante há aproximadamente 28 anos e atender uma demanda cada vez mais crescente de pessoas com deficiência entre outras especificidades em saúde mental no município. Data sua fundação em 01 de maio de 1991. Trata-se, portanto de uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que mantém parceria Estado/Município e conta ainda com doações da comunidade além de ações pontuais e eventos para a manutenção da mesma.

Quanto ao corpo de funcionários e professores nota-se um grande compromisso com o fazer pedagógico e a missão da instituição. Percebe-se a grande dedicação de todos, dentro das condições possíveis de fazer o melhor trabalho para atender aos alunos em suas deficiências. A grande maioria já atua na APAE há mais de 20 anos e, portanto tem grande experiência com o lido diário com essa clientela. Nesse espaço também atuam uma psicóloga (quinzenalmente), fonoaudióloga e fisioterapeuta que promovem os atendimentos necessários e devidos encaminhamentos a outros especialistas quando necessário.

A temática proposta para o estudo justifica-se diante da percepção obtida durante o período de observações no campo e ainda das inquietações surgidas diante do paradoxo entre teoria e a prática vivida nesse período. Evidenciando que as novas premissas educacionais inclusivas a nível mundial apontam para a condução de práticas cada vez mais voltadas para as competências sócio emocionais, como instrumentos eficazes e eficientes na realização da inclusão do deficiente nos espaços cidadãos. Promovendo de fato uma Educação para a participação como sujeitos de direitos, entendendo-se ser esta uma estratégia para garantir a equidade social em nosso Município.

O principal objetivo do estudo é refletir sobre o lugar do Psicólogo na promoção de competências sócio emocionais para Educadores na Educação Especial. Dentre os objetivos específicos elencados nesse estudo encontram-se: identificar as concepções formativas dos profissionais de educação inseridos na instituição campo de estágio, estabelecer as relações entre os saberes e as práticas atuais e novas

percepções, e finalmente verificar a forma como o Psicólogo pode se tornar um mediador das transformações formativas nesse espaço.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Roth (2006) as inovações nas relações entre pessoas e na organização de práticas educativas precisam contemplar as diferentes áreas do conhecimento a fim de propiciar melhores condições de ensino e aprendizagem a todos os alunos. Tal premissa conforme toma por meta o desenvolvendo humano voltado para a formação de valores e atitudes de solidariedade, respeito e colaboração. E que assegurem às pessoas com NEE, participação na sociedade, tornando-se dela ferramenta prioritária no alcance de seus objetivos maiores. Dessa forma para o autor a melhor forma para se garantir a equidade social é pensar a formação de uma nova geração dentro de um projeto que favoreça a inclusão escolar, e particularmente a de alunos com necessidades educacionais especiais.

Na concepção de Aranha (2000) para a escola se tornar de fato inclusiva é necessária à criação de diferentes suportes, sejam eles: físico, pessoal, material, técnico e social. Sendo ainda de suma importância a reorganização em todos os níveis do sistema educacional, do político-administrativo à formação de professores e até o interior da sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) se concretizou como ponto de partida das transformações emergentes no currículo escolar. A LDBEN veio apresentar conceitos de flexibilização e inovação no campo das concepções pedagógicas relacionadas à aprendizagem dos alunos, onde todos os processos da escola estão presentes. Englobando, portanto, seus princípios, procedimentos metodológicos, avaliação, definição e desenvolvimento de conteúdos. Aqui o princípio de gestão democrática, além de ser um preceito legal, constitui-se numa exigência ética e política, que oportuniza efetivamente a participação da sociedade tanto no planejamento quanto acompanhamento de políticas educacionais, propostas pelo sistema de ensino no País.

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. “Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho

pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento” (MANTOAN, 2006.p 40).

Dessa forma em seu texto final, a Resolução nº 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que trata das “Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica”, considera que a educação deve proporcionar o desenvolvimento de funções sociais inovadoras, buscando a transformação social, a construção de um mundo mais justo e igualitário, voltado aos princípios da diversidade como instrumentos que desenvolvam a paz entre os povos.

Tais diretrizes são apresentadas para que as escolas busquem o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos promovendo um ambiente no qual há espaço para diálogo, aprendizagem e integração, resultando em mudanças na gestão e nas práticas até então desenvolvidas na escola (BRASIL, 2001, p. 6).

A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético político, a solidariedade e a emancipação (BRASIL, 2001, p. 5).

Os alunos com necessidades especiais requerem estratégias pedagógicas diferenciadas, que proporcionem seu desenvolvimento e acesso à cultural e ao conhecimento historicamente acumulado, podendo, desta forma estar incluídos não apenas na escola, mas na sociedade, agindo e interagindo, exercendo a sua cidadania. O grande desafio da educação escolar hoje é garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, com qualidade e dentro dos padrões legais nacionais (BRASIL, 2001, p. 21).

Os estudos de Tejada (2001) apontam que as competências exigidas para que os professores desempenhem de forma eficiente sua função, consideraram o planejamento da formação inicial e permanente. Para este autor os processos de treinamento podem ser considerados como processos de inovação, concebidos como um processo de mudança e mudança como crescimento pessoal.

Segundo Pérez e Torres (2000) a formação de professores deve levar em consideração as ideias sobre a mudança nas escolas como experiência pessoal e coletiva, mudança na prática em todos os níveis, professor, aluno, organização. Além de um ensino reflexivo capaz de gerar uma implicação decisiva e global e competente por parte dos membros da comunidade escolar.

No que tange às competências, na atualidade estas tem se evidenciado como um fator-chave nas políticas públicas de educação, desenvolvimento econômico e social. A Conferência Mundial sobre Educação Superior promovida pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1998) veio propor uma melhor articulação entre a formação educacional e as demandas do mundo atual. Dentre os estudos em destaque na conferência fica evidente a necessidade de que os alunos na contemporaneidade venham adquirir competências gerais para o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania em sua plenitude. O que toca diretamente nas habilidades sociais e de comunicação como competências intrínsecas à capacitação dos estudantes.

Entendendo ainda que essas transformações implicam mudanças nas práticas profissionais do professor e em sua formação, uma vez que agora são necessárias novas competências, dentre elas, as competências socioafetivas.

Referenciando-se em trabalhos de renomados estudiosos na área, como Piaget, Vygotsky, Wallon, Winnicott, Feuerstein – Abed (2014) revela que tanto a Psicologia como Psicopedagogia se constituem como áreas do conhecimento que visam a construção de saberes privilegiados para atender às demandas da sociedade contemporânea. Visto que buscam ambas, resgatar a complexidade do processo ensino-aprendizagem. Sendo, portanto, a Psicologia uma ferramenta pedagógica consistente e abrangente.

A integração entre diferentes perspectivas teóricas é um movimento condizente e justificado pelo paradigma pós-moderno, desde que os pressupostos gnosiológicos, epistemológicos e ontológicos estejam alinhados, ou seja, desde que os autores compartilhem e/ou harmonizem elementos essenciais em suas visões de mundo, de homem, de conhecimento, de processo ensino-aprendizagem. O referencial psicopedagógico foi propositalmente escolhido como “agulha” para costurar as contribuições dos diferentes autores em torno do desenvolvimento humano e da aprendizagem por ser uma construção que, em suas bases, pretende construir uma compreensão integrada dos fenômenos relacionados ao ensinar e ao aprender, a partir do transitar entre suas diferentes dimensões. (ABED, 2014. p. 54)

A autora defende ainda que nunca poderá haver mudanças na escola se os professores não transformarem o seu fazer, afinal são eles que estão no “aqui e agora” com seus alunos. Para que os docentes promovam habilidades sócio emocionais em seus estudantes, eles mesmos precisam do apoio para assumir o papel de protagonistas privilegiados da cena pedagógica. Destaca ainda ser preciso levar os

professores a refletirem sobre os paradigmas que sustentam as suas práticas e instrumentalizá-los por meio de programas de formação consistentes, tanto do ponto de vista teórico como prático, para que eles possam de fato ser os agentes de mudança na educação.

Ser “autor de mudanças” exige dos professores o desenvolvimento de suas próprias habilidades. Estes, para tanto, precisam que os gestores da escola cumpram seu papel na valorização, formação e apoio da equipe docente, ancorados por políticas públicas claras, consistentes e eficazes. (ABED, 2014 p. 8)

Para Martinez (2010) o psicólogo escolar pode atuar de múltiplas formas, visando que a proposta pedagógica constitua-se efetivamente como um instrumento útil para a organização coerente do trabalho educativo. O que conduz na atualidade a debates sobre a identidade e o lugar do psicólogo escolar, fato que se constitui como princípio da mudança no paradigma de atuação tradicional, para um modelo de atuação mais global que venha responder às demandas educacionais em nosso tempo.

3. METODOLOGIA

Este estudo é o resultado das vivências do Estágio supervisionado II, do Curso Bacharelado em Psicologia, 5º Período UNIVERTIX, realizado entre fevereiro e junho de 2019. A Instituição escolhida para as observações nessa etapa foi a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que atende ao município de Matipó/MG.

A Instituição se encontra localizada no Bairro Dona Dina – próximo à comunidades de classe média baixa na periferia da cidade. Sendo um prédio de tamanho médio, que passou por pequenas adaptações ao longo do tempo para melhor atender as demandas ali impostas. Contando no andar térreo com uma sala da Diretoria e secretaria, 6 salas de aula, um refeitório médio, uma cozinha média, 2 banheiros com pequenas adaptações assistivas para deficientes. As salas de aula são pequenas, cabendo aproximadamente 10 alunos com carteira e a professora, e conforme relatos dos usuários, pouco arejadas. A enturmação dos alunos é feita conforme o pareamento das deficiências, sexo e idade. Contando com aproximadamente 6 alunos/ turma. No andar superior encontra-se um salão (de reuniões, cursos, encontros, oficinas, festas e atividades livres) com acesso através

de uma rampa que pode ser usada também por cadeirantes. O salão é amplo e mais arejado que o andar térreo.

O caminho investigativo pautou-se por uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscando bases teóricas consistentes sobre a temática abordada em plataformas confiáveis e respeitadas pela comunidade científica internacional. Os textos foram lidos com profundidade, resumidos e a partir de então se extraiu as informações necessárias para a construção do texto final.

Além da pesquisa bibliográfica utilizou-se também a observação em campo, durante o período de realização do Estágio Supervisionado II, quando foram coletados dados sobre a instituição, profissionais, clientela atendida e práticas vivenciadas nesse espaço. Trata-se de relatos espontâneos, observação participante e análise de documentos e práticas.

Para finalizar são apresentadas as discussões permeadas pela realidade observada em contraponto à perspectiva teórica. A guisa de conclusão são apresentadas considerações em torno das reflexões oportunizadas pelo estudo. Constitui-se, pois, numa modalidade de ensaio teórico, um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo que consiste numa exposição lógica e reflexiva e numa argumentação rigorosa com alto nível de interpretação análise da realidade pesquisada (SEVERINO, 1996, p. 120).

4. CATEGORIAS EMERGENTES DE COLETA DE DADOS

Todo o planejamento proposto para esta etapa de observação no percurso de Estágio Supervisionado II na APAE/ Matipó-MG trouxeram importantes elementos na consecução dos objetivos do estudo. O que possibilitou maior amplitude e visibilidade do fenômeno questionado inicialmente e ainda auxiliaram na compreensão de toda a dinâmica de trabalho dessa instituição.

Inserida no Sistema de Educação Especial a APAE/ Matipó-MG representa uma conquista para os sujeitos da comunidade e do próprio município de Matipó. Por ser uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, a Instituição sobrevive através de parceria Estado/ Município e doações da comunidade além de ações pontuais e eventos para a manutenção da mesma. O prédio foi construído há aproximadamente 28 anos, data da fundação da APAE Matipó – em 01 de maio de 1991. O prédio da

APAE representa um marco para a comunidade, que parece entender a importância da mesma para as crianças, jovens e adultos, que ali recebem tratamento especializado, e ainda contam com apoio à família das mesmas.

O Documento Norteador: educação e ações Pedagógicas APAES (2017) trás em seu corpo de texto que as políticas de inclusão escolar vêm influenciando mudanças no contexto educacional na atualidade, especialmente na operacionalização da modalidade educação especial. As diretrizes desse documento impactam diretamente as práticas pedagógicas e evidenciam lacunas que devem ser preenchidas. Dentre elas, a formação profissional e a operacionalização das ações educativas. A normativa apontada revela que a natureza das ações nas APAE's devem primordialmente envolver: direção, coordenação, docência, atuação com famílias e atendimento às pessoas com deficiência de maneira participativa. da perspectiva democrática. Assim, a Rede APAE atua como escolas especiais para oferta da educação escolar ou como centros de atendimento educacional especializado, ofertando um atendimento educacional especializado esporádico ou contínuo, aos alunos incluídos em escolas comuns.

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação (BRASIL, 2013, art. 58).

Quanto aos alunos ali inseridos, encontra-se uma gama variada de situações. Desde crianças até idosos, que são direcionados às turmas conforme as necessidades específicas de cada um e a demanda de trabalho no local. Em relatos colhidos junto aos funcionários e professores nota-se um grande compromisso com o fazer pedagógico e a missão da instituição. Percebe-se a grande dedicação de todos, dentro das condições possíveis de fazer o melhor trabalho para atender aos alunos em suas deficiências. A grande maioria já atua na APAE há mais de 20 anos e, portanto tem grande experiência com o lido diário com essa clientela. Foi-nos informado que ali também atuam uma psicóloga (quinzenalmente), fonoaudióloga, fisioterapeuta que promovem os atendimentos necessários e devidos encaminhamentos a outros especialistas quando necessário.

Ainda em conformidade com o documento Norteador APAES (2017) "o público-alvo preferencial da Rede APAE é definido em Estatuto, sendo indicado: pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a outros

impedimentos), bem como suas famílias”. Evidencia-se, portanto, que diante do atual contexto sócio econômico e devido à insuficiência na oferta de serviços educacionais para pessoas com deficiência em diversas localidades do Brasil, verifica-se que unidades das APAES vêm oferecendo serviços fora de seu público-alvo regimental.

A análise do PPP da escola permitiu a verificação da construção de um projeto que está em acordo com a normatização legal preconizada pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura e as Diretrizes Para Educação Especial e Inclusiva da Secretaria de Educação Especial (MEC). Pelo observado no documento o projeto é realizado de forma coletiva, contando com a participação de todos os atores envolvidos no processo educativo dessa instituição e se encontra articulado ao momento social e político contemporâneo. O perfil de formação previsto para os alunos responde às demandas curriculares para o Ensino fundamental 1 e 2, além do Ensino Médio. Nos quais estes alunos frequentam a Escola Regular no contra turno onde em sua grande maioria recebe a atenção de um Professor de Apoio (AEE).

As expectativas de aprendizagem e demandas do currículo respondem às capacidades e habilidades individuais de cada aluno, porém seguem respeitando a legislação que prevê o avanço no processo ensino aprendizagem conforme estabelecido pelo Ministério da Educação. As disciplinas da grade curricular são trabalhadas de forma adaptada atendendo às especificidades dos alunos, assim são realizados encontros entre a equipe pedagógica e docente para o planejamento conjunto das atividades que promovam a execução do projeto em sua totalidade. Encontra-se estabelecido no PPP da escola o engajamento de todos os agentes educacionais e sociais na tarefa educativa e ainda uma articulação comprometida com a interação do aluno com a realidade social que o cerca.

Nesse íterim vale ressaltar conforme Atlan (1993) que a educação numa sociedade é modelada pela forma de organização que a caracteriza, assim ela se definirá como a expressão mais autêntica do contexto social, e político-culturais na qual é produzida. O autor ainda reflete que o processo educativo transcende o espaço escolar e os atores tradicionalmente ali inseridos. Havendo, portanto, todo um conjunto de contextos, muito mais amplos do que estes elementos, onde a educação inclusiva se aplica, e as interações humanas mais eficientes acontecem.

Sobre a formação, planejamento, avaliação e concepções dos professores colaboradores, segundo relatos espontâneos coletados durante o período de

observação evidenciaram que a maior parte dos profissionais de educação inseridos na Instituição têm formação em Pedagogia, contando ainda com capacitações ofertadas pela própria APAE durante os mais de 20 anos que a maior parte deles possui de atuação junto à APAE. Além de especializações que buscaram para atender a uma demanda cada vez mais crescente das exigências sobre formação docente na área de Educação Especial e Inclusiva. Quanto à concepção que permeia a prática cotidiana reitera-se a informação de opção pela concepções sócio interacionistas de Vygotsky, onde o professor é mediador do processo ensino/ aprendizagem.

Conforme informado pelos profissionais da instituição é elaborado um Plano de Ensino Anual categorizado por bimestres, com o propósito de nortear o trabalho a ser desenvolvido nas turmas durante o ano letivo. E posteriormente é realizado um planejamento diário de todas as atividades a serem realizadas em sala de aula, seguindo o PPP da Escola e a grade curricular que deve ser cumprida. A metodologia utilizada lança mão de uma série de projetos, oficinas e atividades adaptadas para a concretização dos objetivos e direitos de aprendizagem dos alunos, conforme legislação pertinente. Esse planejamento é construído em parceria com a equipe pedagógica da Escola e passar por vistoria constante de Analistas Educacionais da SRE Manhuaçu designados especificamente para a educação especial.

No que diz respeito à avaliação consta no PPP ser conceitual e diagnóstica, buscando não a classificação, mas sim a orientação e reordenamento dos caminhos a serem retomados quando necessário. Porém durante as observações em sala de aula na prática cotidiana e também em entrevista informal com professores regentes das turmas grupo de observação verifica-se não haver uma formalização de avaliação sistêmica, como proposta nas diretrizes da educação especial. Tal fato se deve de acordo com os relatos coletados, ao comprometimento severo dos alunos/ usuários deste serviço de educação – APAE. Ainda conforme o relato de uma professora ela diz entender que “a Educação Inclusiva é muito importante para uma grande parte das pessoas com deficiência, e trouxe para os profissionais das APAES uma nova demanda, um novo papel dos profissionais ali envolvidos.” Atualmente a maior parte dos alunos tem comprometimentos severos e as atividades propostas se aproximam mais de cuidados direcionados a AVD (atividades da vida diária), além de ser este um espaço para a socialização e promoção do bem estar desses alunos. Continuando

seu relato a professora reafirma que de outra forma as práticas da “Escola” auxiliam as famílias no cuidado com os alunos.

É notória, legítima e valorosa a entrega dos professores inseridos no espaço campo de observação de é legítima e valorosa. Todos demonstram comprometimento com sua função nesse contexto. Apesar de relatarem os desafios de se estabelecer propostas mais adequadas ao desenvolvimento destes alunos (por motivos diversos). Todos ou a grande maioria os professores já atuam na instituição há aproximadamente 20 anos e possuem formação em educação especial. Tendo passado por diversas capacitações diretas a esta modalidade de ensino. Porém em sua totalidade estes profissionais acenam que sua prática fica bem distante das premissas da “Educação Especial”, entendendo o caráter assistencialista da mesma.

Esses achados vão contra as concepções de Beyer (2010), que verifica a impossibilidade de atendimento pedagógico de qualidade a uma criança com deficiência sem que se faça uma ação pedagógica diferenciada. Sendo urgente, portanto, a efetivação de uma adaptação curricular que não minimize os conteúdos, mas sim possibilite ao professor ensinar e avaliar os alunos com deficiência sob a perspectiva de suas potencialidades e avanços.

Tratando sobre o lugar do Psicólogo na educação inclusiva e mais especificamente na Instituição campo de observação, foi possível verificar através dos relatos que os docentes se sentem muitas vezes “desamparados” no que diz respeito a uma maior participação do profissional de psicologia naquele espaço campo de estágio. Segundo o que foi relatado a Psicóloga atuante, faz visitas periódicas, quinzenalmente, o que não supre a demanda da instituição. Porém de outra forma, nota-se que estes mesmos docentes, não conhecem com profundidade a prática da Psicologia Educacional e escolar, permanecendo assim a ideia do atendimento clínico e individual dos alunos/ sujeitos com os quais trabalham. Isto aponta a necessidade de um trabalho de caráter informativo sobre as atribuições da Psicóloga ali. Outra constatação é de que as visitas quinzenais, realmente não dão espaço para uma participação e trabalho mais efetivo dentro da Escola. Por razões que não se revelaram durante esta etapa de estágio, em nenhuma ocasião das visitas ao campo a Psicóloga estava presente. Assim, não foi possível coletar dados mais significativos de sua atuação ali, os projetos desenvolvidos junto aos docentes, discentes, comunidade escolar e famílias dos alunos.

De acordo com Anache (2010) os paradigmas da educação especial e da psicologia escolar vêm sendo reconstruídos na contemporaneidade. Os novos modelos nesse contexto trazem um novo olhar sobre a psicologia educacional, ressignificando o lugar do psicólogo. Essa nova premissa tira o foco da atuação do modelo clínico, visando à resolução das dificuldades dos sujeitos escolares e toma uma posição mais inclusiva, que amplia o leque de atuação do Psicólogo nos espaços escolares. Assim, Para além de identificar necessidades educativas específicas, o profissional de psicologia pode e deve auxiliar na construção de estratégias e instrumentos pedagógicos facilitadores das demandas educacionais propostas além de oportunizar a gestão das habilidades sócio emocionais e relacionais entre todos os atores envolvidos nesse contexto, sejam eles professores, direção, colaboradores, família e alunos em todas as suas especificidades.

Mudanças efetivas só ocorrerão a partir do envolvimento do psicólogo com as questões concretas da educação e da prática pedagógica; é necessário superar o preconceito de não querer tornar-se pedagogo. O psicólogo não é pedagogo, mas se quiser trabalhar com educação terá que mergulhar nessa realidade como alguém que faz parte dela, reconhecendo-se como portador de um conhecimento que pode e deve ser socializado com os demais educadores (ANTUNES, 2008, p.474).

Para Teixeira (2012) é necessário um conhecimento mais profundo por parte dos educadores e gestores sobre a atuação do psicólogo em uma escola. As intervenções da psicologia escolar veem complementar todo o trabalho pedagógico, O psicólogo que vem sendo tradicionalmente entendido como profissional da saúde, deve se perceber e também ser percebido como um profissional da educação. O autor entende ainda que existem vários desafios a serem contemporizados na relação psicologia-educação. Destaca também que a ausência de psicólogos nas escolas comuns colabora para uma visão distorcida em seu campo de atuação na Educação. Teixeira (2012) percebe também que na educação especial o psicólogo se encontra em conformidade a uma educação terapêutica. Porém revela que a psicologia escolar não se restringe meramente aos alunos com necessidade educacionais especiais. Há uma gama de situações em que o psicólogo pode direcionar seus conhecimentos para tornar o processo educativo mais eficiente e eficaz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etapa de Estágio supervisionado II trouxe elementos que muito contribuíram na formação enquanto acadêmica do Bacharelado em Psicologia

O interesse pela temática “Competências sócio emocionais para docentes: O lugar do Psicólogo na educação Inclusiva” surgiu diante da percepção durante o processo de estágio, de uma tomada de consciência tanto por parte dos educadores e demais colaboradores da APAE, quanto por parte dos profissionais de psicologia do lugar do Psicólogo nesta Instituição e na educação de forma geral.

Foi possível evidenciar que apesar de a maior parte dos profissionais envolvidos no trabalho da Escola serem capacitados e já atuarem a vários anos na educação inclusiva, estes ainda necessitam se reconhecer como formadores de fato. Pois, os relatos e observações apontam para práticas alienantes, paternalistas e também de caráter assistencialista. O que invalida a missão da instituição e dos profissionais nesse espaço. Sendo, portanto, urgente a proposição de intervenções mais contundentes no sentido de delinear a atuação competente tanto aos professores quanto aos psicólogos ali inseridos.

Sem dúvidas há muito amor envolvido na prática cotidiana e na organização do espaço educativo como um todo. Mas entende-se a emergência de um projeto que possa consolidar novos olhares aos saberes e fazeres neste espaço. Pode-se concluir que o lugar do Psicólogo escolar é o de interlocutor entre as partes realocando seus esforços e mediando toda a relação pedagógica da Instituição, atuando tanto com alunos, como com os professores, direção, colaboradores e também a família e comunidade escolar em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED, A. **O desenvolvimento das habilidades sócio emocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

ANACHE, A. A. Psicologia Escolar e educação especial: versões, inserções e mediações. **Em Aberto**, Brasília, V. 23, n. 83, p. 73-93, mar. 2010.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, V. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez.2008.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: **Educação Especial: temas atuais**. MANZINI, E. J. (Org.). Marília: UNESP, 2000.

ATLAN, H. **Tudo, Não, Talvez. Educação e Verdade**. Lisboa. Piaget. ISBN: 972-9295-43-3.1993.

BEYER, O. H. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL; Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL; Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução no 2/2001, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 set. 2001.

BRASIL; **Lei n.º 12.852/2013** – Estatuto da Juventude. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 23 maio 2019.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares. **Documento norteador: educação e ação pedagógica** – APAE BRASIL – Federação Nacional das APAES. Brasília, 2017.

MARTÍNEZ, A. M. **O que pode fazer o Psicólogo na Escola?** IN: Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 13, n. 1, p. 169-177, jan./jun. 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PEREZ, M.; TORRES, S. L.; **Grandezas e medidas: representações sociais de professores do ensino fundamental**. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

ROTH, B. W. (Org.). **Experiências Educacionais Inclusivas. Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial. 191 p, 2006.

SEVERINO, A.. J.; **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEJADA, F. Innovación Curricular en la Formación Docente. **en Revista Doxa** No. 2. Santiago de Chile. 2001. disponível em: <http://www.redescepalcala.org/inspector/DOCUMENTOS%20Y%20LIBROS/FORMACION/INNOVACION%20EN%20LA%20FORMACION%20DOCENTE.pdf> . Acesso em 20 de maio 2019.

TEIXEIRA, P. P. Psicólogo Escolar-Esse desconhecido. **Revista Eletrônica de Psicologia**, Curitiba, n. 02, n. 2, jul. 2003. Disponível em: <www.utp.br/psico.utp.online>. Acesso em: 20 maio 2019.

ISSN -21787301



UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción.** Paris: UNESCO, 1998.